

### Questão Discursiva 05149

Papa-Léguas foi denunciado pelo Ministério Público, acusado da prática de três crimes de roubo simples (CP, art. 157, caput), todos praticados no intervalo de dez dias, com o mesmo modus operandi, razão pela qual o Promotor postulou fosse reconhecida a continuidade delitiva. Devidamente citado, em seu interrogatório, o réu confessa detalhadamente a prática dos crimes, sendo que as demais provas são incontestes em apontar a materialidade e autoria do delito. Ultrapassadas as fases dos arts. 499 e 500 do Código de Processo Penal, adveio sentença condenatória, onde o Juiz fixou a pena-base para cada um dos delitos em 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão, ao argumento de possuir o réu péssimos antecedentes (devidamente provado nos autos do processo), bem como lhe serem desfavoráveis as demais circunstâncias judiciais. Em face da atenuante da confissão, reduziu a pena-base para cada um dos delitos em 03 (três) meses. Diante da ausência de circunstâncias agravantes, tampouco causas especiais de aumento ou diminuição de pena, tornou definitiva, para cada um dos delitos, em 04 (quatro) anos e 03 (três) meses. Considerando o concurso de crimes, aumentou uma das penas (são todas iguais) em 1/3 (um terço), ao argumento de ser o réu portador de péssimos antecedentes, bem como em face do enorme prejuízo causado às vítimas (cerca de R\$ 8.300,00, ao todo) resultando a pena privativa de liberdade definitiva em 05 (cinco) anos e 08 (oito) meses de reclusão, estabelecendo, ainda, o regime fechado para cumprimento da pena privativa de liberdade, justificando não ser possível a aplicação do disposto nos arts. 44 e 77 do Código Penal, em face do quantum definitivo da pena. Houve, também, a devida fixação da pena de multa, nos termos da lei penal. Nesse contexto, o Juiz agiu corretamente ao aplicar o instituto do concurso de crimes e o respectivo aumento da pena privativa de liberdade, consoante posicionamento jurisprudencial dominante emanado do Superior Tribunal de Justiça? Resposta devidamente justificada.